



DISCRIMINAÇÃO RACIAL NOS DISCURSOS DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL¹

Ketno Lucas Santiago

Licenciado em História

Especialista em Docência no Ensino Superior

Faculdade de Educação São Luis/SP

ketnolucas@gmail.com

Ana Paula Vieira e Souza

Doutora em Educação

Professora do Campus Universitário de Bragança\Universidade Federal do Pará

paulladesa@ufpa.br

RESUMO

A pesquisa tem foco nos discursos de professores acerca das relações étnico-raciais na Educação Infantil de Escolas Municipais de Bragança-PA, com vista a valorização da criança negra e o conhecimento da Lei Nº 10.629/03. Objetivo principal é de analisar os discursos de professores sobre a discriminação racial manifestado entre crianças na sala de aula e ações realizadas no combate desse racismo para o empoderamento de criança negra. O tipo de pesquisa é de abordagem qualitativa, com o uso da entrevista semiestruturada com utilização da técnica de análise do discurso. Participaram 07 professores efetivos da rede municipal. Os discursos de professores revelam que raramente trabalham a temática em sala de aula, que tem dificuldades de atuar no momento de racismo entre os alunos. Ainda, mostram não dominar a compreensão de cor/raça, do mesmo indicam vivências recorrentes de discriminação racial na sala de aula. Em relação à valorização da criança negra, que não trabalham. Em relação a Lei Nº 10.639\2003 conhecem a existência, mas não sabem exatamente do que ela trata, desconhecem o conteúdo da legislação a respeito do Ensino de História, Cultura Afro-brasileira e Africana, não souberam dizer das questões étnico-raciais. Conclui-se, que os professores carecem de aperfeiçoamento e formação continuada no campo das relações étnico-raciais, concepção teórica de currículo de Educação Infantil, apropriação do uso das linguagens e experiências no cotidiano da sala de aula, em especial no campo das étnico-raciais.

Palavras-chave: Professores. Étnico-raciais. Racismo.

1 INTRODUÇÃO

A Lei Federal Nº 10.639/03, ampliada pela Lei Nº 11.645/08, modifica historicamente a educação no Brasil, ao alterar a LDB Nº 9.394/96, exigindo a inclusão no currículo temas relacionada ao ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Para Santos et al. (2014, p. 107) a Lei é considerada um “avanço do Século XXI” por representar “uma nova história de afirmação de direitos em prol da valorização da cultura afro-brasileira e africana nos currículos oficiais da Educação básica no Brasil”.

No Brasil, a promulgação a Lei 10.639/03, fruto dos movimentos sociais, em especial do “movimento negro”, visando diminuir as desigualdades relacionadas ao “racismo, preconceito e discriminação racial acumulados historicamente” (SANTOS, et al., 2014, p.

¹ Projeto de Pesquisa de Monografia do Curso de Especialização em Docência no Ensino Superior.



110), reproduzido pelo currículo tradicional. Nesse contexto, de luta do Movimento Negro, a Lei Nº 10.639/03, estabelece a obrigatoriedade de os currículos das escolas o ensino afro-brasileiro e africano, considerado um avanço no campo da política curricular, todavia, ainda carece de efetivação nas práticas pedagógicas de professores, com o intuito de concretizar ações de valorização de identidades de crianças afrodescendentes nas escolas.

Consideramos, portanto, que a prática pedagógica de professores no trato das relações étnico-raciais na rede municipal de Bragança requer formação continuada e aperfeiçoamento, principalmente na compreensão das muitas infâncias e da diversidade infantil com vista as singularidades e “especificidades desse grupo geracional” (SOUZA, 2009, p. 32). A infância para Souza (*idem*) é “fruto de construções culturais e históricas imbricadas por conceitos” que “[...] contribui significativamente para revelar crianças como sujeitos sociais, que constroem saberes, competências e comportamentos partilhados com seus pares”. Por isso, a autora defende uma ação pedagógica pela valorização da identidade de crianças negras na Educação Infantil com vista ao combate da discriminação social presente na comunidade escolar.

Assim, a questão problema neste estudo, procura saber, de que forma se caracteriza nos discursos de professores a discriminação racial na Educação Infantil e o conhecimento da Lei Nº 10.629\03 com vista a valorização da identidade de crianças negra no âmbito escolar? A fim de alcançarmos a proposição deste estudo, elegemos o objetivo geral; analisar os discursos de professores sobre a discriminação racial vivenciadas entre crianças no ambiente escolar; identificar as ações realizadas pelos professores no combate do racismo visando valorizar a criança negra; e verificar o conhecimento dos professores de Educação Infantil sobre a Lei Nº 10.639/03.

Assim, o objeto de estudo desta produção textual, metodologicamente assume a pesquisa, no campo da abordagem qualitativa, por se tratar de fenômeno social interligado aos sujeitos que vivenciam a discriminação racial, que segundo Chizzotti (2010, p. 28) objetiva “interpretar o sentido do evento a partir do significado, que as pessoas atribuem ao que falam e dizem”, ou seja, o de extrair da análise interpretativa, os sentidos atribuídos pelos professores a respeito do racismo entre crianças de Educação Infantil e o seu saber sobre a Lei Nº 10.639\03.

O critério para a escolha dos professores aconteceu pela seleção da Escola, próxima ao Campus de Universitário de Bragança, por atender o entorno da UFPA, o professor



trabalhar mais de cinco anos na Educação Infantil, e ser concursado do Município de Bragança.

A pesquisa foi realizada em única Escola de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Bragança, Estado do Pará. A entrevista foi aplicada em três dias da semana devido a disponibilidade dos professores. Identificamos os participantes da pesquisa pela sigla P, seguida do numeral arábico.

Participaram 07 professoras com idade entre 30 e 54 anos, residentes no Município de Bragança. Atuam na Educação Básica mais de 16 anos, sendo destes 05 e meio dedicados a Educação Infantil. Em relação a formação inicial 05 professoras possui Graduação em Pedagogia, 01 em Filosofia, 01 com duas graduações (Pedagogia e Letras). A respeito da formação continuada, duas delas possui Especialização, (Educação Especial e Antropologia Filosófica e Gestão Escolar), apenas uma professora com titulação de Mestre em Educação.

Isto posto, o corpus de análise permitiu que extraíssemos os significados atribuídos ao racismo e a Lei, o que permitiu a composição dos eixos de análise.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 IDENTIDADE, RAÇA\COR PARA OS PROFESSORES

A Identidade é “uma categoria, em construção, uma construção histórica, em movimento” (HALL, 2005, p. 38). Consideramos, portanto, que a identidade é uma questão de pertencimento, como ele se identifica. A “identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”.

A etnia, portanto, possui uma concepção mais ampla que o sentido de raça. Para Hall (2005, p. 62) “a etnia é um termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais - língua, religião, costumes, tradições, sentimentos de ‘lugar’”. Por outro lado, a raça marca a diferenciação social, “uma categoria discursiva e não uma categoria biológica”. A raça como categoria organizadora de formas de falar, “sistemas de representação e práticas sociais (discursos)”, pouco específico, de “diferenças em termos da cor da pele”, textura do cabelo características físicas e corporais, etc. (HALL, 2005, p. 62).

Nesse sentido, a categoria “raça” aparece nos discursos de professores como negação do seu pertencimento racial, assim revela os discursos de professores: P3 – “Minha cor é parda”; P6 “Negra”; P7 “Raça humana e minha cor é amarela”. O sujeito nega a sua raça



exatamente por temor ao racismo e preconceito, segundo (MOURA, 2017, p. 09), “o

indivíduo nega seu pertencimento racial e acaba reproduzindo o ideal branco, já que para nossa sociedade, tudo o que é negativo está associado à imagem do negro, logo, ninguém quer ser negro”. Portanto, a auto-identificação da sociedade é o primeiro passo para o combate ao racismo.

2.2 DISCRIMINAÇÃO RACIAL ENTRE CRIANÇAS

Ao questionarmos aos professores, se “já presenciaram em Sala de Aula, alguma situação de racismo entre as crianças”². Para P2 “Não. As Crianças da educação infantil por ainda estarem se formando social, biológico e culturalmente, ainda se aceitam mais naturalmente”. Na fala da P4 “Já. Varias vezes. Pensa que eles gostam de serem chamados ou de se acharem gordos e pretos? Eles não gostam não, desde pequenininho”, conforme apresenta nos questionários. No item que questionam aos professores “se desenvolveram alguma atividade ou trabalho sobre relações étnico-raciais”, para P2 “Não. Abordei diretamente essa temática, falo muito do respeito pelo diferente”. Segundo P6 “Não. Por que a escola ainda não trabalha com o tema”, conforme descrito na pesquisa.

Verificamos o discurso do professor, questionado “de que forma se pode abordar o assunto racismo e relações raciais na sala de aula”. Importante frisar a necessidade de “articular educação, cultura e a formação de professores, com um olhar sobre identidade, nesse sentido, devem-se inserir na formação, iniciais dos professores”, conforme aponta (MOURA, 2017, p. 05), contribuindo para o debate. A atuação dos professores é necessária para se contrapor a reprodução de uma visão conservadora, predominante na sociedade.

A escola é um espaço social, cultural, político e de poder, portanto, a escola é o lugar “onde esses comportamentos, padrões estão presentes” (MOURA, 2017 p. 05-06). Assim, a discriminação racial é considerada como produto de uma herança cultural e a escola como mais um espaço legítimo e responsável por transmitir conhecimento científico deve valorizar a produção da cultural pelo viés de uma política curricular de valorização da etnia.

Os professores pesquisados relatam “que não realizam atividades para combater o racismo em sala de aula”, apenas trabalham conforme o conteúdo adotado, assim revela a P3 “não abordo especificamente, trabalho vídeos, músicas e figuras, para que as crianças visualizem essas diferenças”. E, o P1 relata que trabalha questões étnico-raciais “por meio contação de histórias e também quando aparece situações em sala de aula”.

² Questões presente no questionário formulado e apresentado aos professores.



Os discursos de professores revelam que não tem aperfeiçoamento, que participaram de formação algumas vezes. Conforme relata, P2 “Eu participei há um ano atrás, uma palestra referente a essa temática”. Os professores, P3, P4, P5 não tiveram formação a respeito da temática. Consideramos, portanto, que os professores em sua maioria, ainda não participaram de nenhum processo de formação, essa ausência de formação contribui para ampliar a distância em relação ao entendimento do professor sobre o assunto e a ação desenvolvida pelo profissional em sala de aula.

A respeito do conhecimento da Lei Nº 10.639/03 e como entende a sua contribuição na sala de aula com vista a valorização de crianças negras. Os discursos revelam, conforme o P2 “já ouvi falar [...] percebo que todos devemos respeitar uns aos outros independentemente de cor, religião e situação econômica” E, para P7 “desconhece a existência da Lei, diz que não tem conhecimento sobre a lei. Portanto, conforme descrito nas falas dos professores, revelam pouco conhecimento em relação à Lei nº 10.639/03.

CONCLUSÃO

Concluimos, portanto, que a discriminação racial está presente na realidade das crianças na Educação Infantil, motivadas pelas características físicas, por meio de brincadeiras entre crianças no uso de termos pejorativos, do tipo tição, cabelo de palha, pretinho do mangue, cor feia, etc. O racismo entre às crianças em alguns momentos nos discursos de professores são caracterizadas por agressões físicas.

As práticas pedagógicas para combater o racismo, ainda são tímidas. Geralmente, os professores recorrem ao combate da discriminação racial quando manifestado pelas crianças, isso significa dizer que a escola não adota no currículo escolar, temas relacionados às questões étnico-raciais, visando o empoderamento de crianças negras, nem tampouco realizam discussões sobre culturas e diversidade. A categoria identidade não é manifestada nos discursos de professores.

Consideramos, que para uma atuação na Educação Infantil faz-se primordial formação inicial e aperfeiçoamento dos professores a respeito da Lei Nº 10.639\03 e das questões étnico-raciais e de uma política curricular para contar a história do negro pela valorização na formação do Brasil.

Concluimos, portanto identificando que os objetivos foram alcançados, revela ainda a necessidade da produção de outras pesquisas nas Escolas da Região Bragantina a respeito da discriminação racial pelos discursos de crianças.



REFERÊNCIAS

CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais** / Antonio Chizzoti. 3 . ed. – Petrópolis, RJ: Vozes. 2010.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MOURA, Dayse. **Identidade racial na educação infantil: o que pensam as professoras acerca da educação das relações raciais e da construção de uma autoimagem positiva da criança negra?**. Disponível em <https://goo.gl/xL4woj>. Acesso em: 23/07.

SANTOS, R. A. dos. S. SILVA. R. M. de N. B. e. COELHO. W. de N. B. **A Lei nº 10.639/2003: Pesquisas e Debates** / Wilma de Nazaré Baía Coelho...[et al.] (Organizadores). - São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014. - (Coleção Formação de Professores & relações étnico-raciais).

SOUZA, Ana Paula Vieira e. **As Culturas infantis no espaço e tempo do recreio: constituindo singularidade sobre a criança**; Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2009.